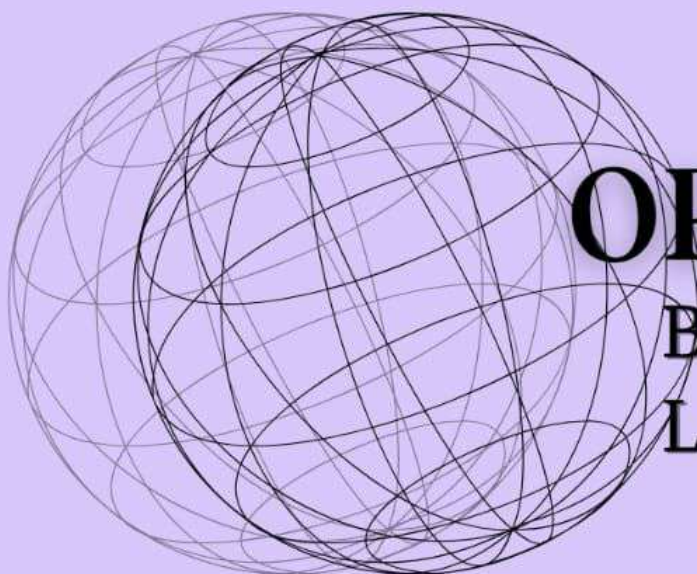




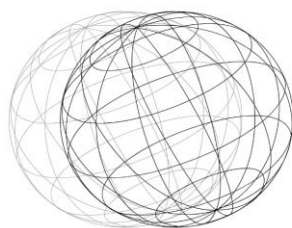
ORBIS

Boletim do
LEPEB-UFF



VOL.3 – Nº 10
SETEMBRO-DEZEMBRO/2025

ISSN: 2965-2235



ORBIS
Boletim do
LEPEB-UFF

Vol. 3 - Nº10 - Setembro-Dezembro/2025

ORBIS – Boletim do LEPEB-UFF

O boletim **Orbis** é uma publicação quadrimestral editada pelo Laboratório de Estudos sobre a Política Externa Brasileira – LEPEB, que integra o Núcleo de Estudos Avançados - NEA do Instituto de Estudos Estratégicos da UFF. Com sua equipe formada por pesquisadores/as e discentes do LEPEB-UFF e um conselho editorial integrado por acadêmicos/as de diferentes instituições brasileiras e estrangeiras, o boletim publica textos sobre temáticas gerais da área de Ciência Política e Relações Internacionais, com destaque para análises sobre política externa, política de defesa, segurança internacional e relações civis-militares. Os artigos publicados são produzidos pelos integrantes do LEPEB, por autores/as convidados/as e por pesquisadores/as que submeteram seus trabalhos à avaliação da equipe editorial do Orbis e do nosso corpo de pareceristas.

Equipe Editorial

Editores-executivos

- Adriano de Freixo
- Danillo Avellar Bragança

Editor-adjunto

- Danilo Sorato Oliveira Moreira

Autores/as desta edição

- Eduardo Freitas Gorga
- Gustavo Cravo de Azevedo
- Julio Cezar Rodrigues Eloi
- Mário Jorge de Paiva
- Miguel Vitor de Araújo Vieira
- Vanusa Maria Queiroz da Silva

Conselho Editorial

- Ana Amélia Penido Oliveira, Universidade Federal do Rio de Janeiro - RJ, Brasil.
- Drielle Silva Pereira, Fundação São José - FSJ, Brasil.
- Emerson Maione de Souza, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Brasil.
- Énio Viegas Chingotuane, Universidade Joaquim Chissano, Moçambique/Chatam House, Reino Unido.
- Flávia Rodrigues de Castro, Escola de Guerra Naval - EGN, Brasil.
- Miguel Patrice Philippe Dhenin, Universidade Federal do Amapá - UNIFAP, Brasil.
- Patricia Capelini Borelli, Faculdades de Campinas - FACAMP, Brasil.
- Suhayla Khalil Viana, Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo - FESPSP, Brasil/Instituto Universitário de Lisboa - ISCTE-IUL, Portugal.

Orbis – Boletim do LEPEB-UFF

<https://periodicos.uff.br/orbis>

Laboratório de Estudos sobre a Política Externa Brasileira – LEPEB/UFF

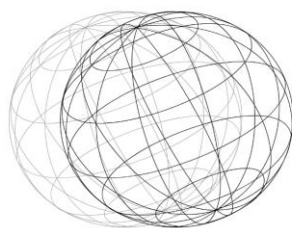
www.lepeb.uff.br

lepeb.iet@id.uff.br

Instituto de Estudos Estratégicos – INEST/UFF

Alameda Barros Terra, s/n - Campus do Valonguinho
- Centro – Niterói – RJ - CEP. 24.020-150 -
www.inest.uff.br

Foto de Capa: Kuala Lumpur, 26-10-2025 - Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante Encontro com o Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, durante o 47ª Cúpula da Associação de Nações do Sudeste Asiático - ASEAN. Foto: Ricardo Stuckert/PR – Agência Brasil



SUMÁRIO

O Brasil na Arquitetura de Defesa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: uma inserção estratégica no Atlântico Sul Eduardo Freitas Gorga.....	03
Cidades na governança global: entre a emergência transnacional e os limites da institucionalização Miguel Vitor de Araújo Vieira.....	08
Minerais Críticos e Poder Estratégico: O Brasil na Transição Energética Global Julio Cezar Rodrigues Eloi.....	14
Como pesquisar elites no Brasil (Resenha) Mário Jorge de Paiva; Gustavo Cravo de Azevedo; Vanusa Maria Q. da Silva	26
Normas para submissão de artigos Equipe Editorial	31

O Brasil na Arquitetura de Defesa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: uma inserção estratégica no Atlântico Sul

*Eduardo Freitas Gorga **

A atuação institucional brasileira no contexto da Arquitetura de Defesa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), a partir do seu ingresso formal no ano 2000, coopera para o desenvolvimento dos Estados africanos lusófonos.

A CPLP é um fórum integrador de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, nações cujo português é o idioma oficial, onde as relações institucionais são potencializadas pela cooperação. Destaca-se que os referidos países africanos não possuem contiguidade geográfica, estão majoritariamente na costa ocidental do seu continente, o que favorece a inserção estratégica do Brasil no Atlântico Sul.

Outrossim, as ações do governo brasileiro na cooperação em defesa na CPLP passam por avanços e recuos históricos nos seus interesses, se consideradas as iniciativas introdutórias do fórum e a, subsequente, institucionalização dos atos pela aprovação de documentos normativos oficiais, no contexto estratégico das suas cúpulas periódicas de chefes de Estado e de governo, cujas decisões são tomadas por consenso e vinculativas para todos os integrantes (Rizzi, 2025).

Logo, sob o escopo da reativação, reabilitação e da reafirmação da liderança internacional do Brasil, este artigo permeia o exame do aprofundamento da cooperação brasileira na CPLP de defesa, com foco na sua inserção regional no Atlântico Sul, onde está o seu entorno estratégico afastado.

A Arquitetura de Defesa da CPLP

Em uma conjuntura de ameaças assimétricas, como a do início do século XXI, a CPLP planejou implementar uma Arquitetura de Defesa comum sustentada, segundo a Figura 1, gerando capacidades para que os seus Estados-membros confrontem, em melhores condições, os novos ilícitos internacionais. A denominada “Arquitetura de Defesa da CPLP” provém de iniciativas regulares implementadas, como reuniões de chefes de Estado-Maior das Forças Armadas, a criação do Centro de Análise Estratégica (CAE) e a assinatura do Protocolo de Cooperação da CPLP no Domínio da Defesa, dentre outras (Rizzi, 2025).

Figura 1 - A Arquitetura de Defesa da CPLP

Fonte: Bernardino e Rizzi (2023)

Em seus 28 anos de existência, completados em 2026, foram realizados eventos e iniciativas estratégicas, políticas e acadêmicas, envolvendo civis e militares, como cimeiras de chefes de Estado para a formalização dos acordos e protocolos de cooperação, reuniões de órgãos específicos para a discussão dos interesses comuns do grupo, intercâmbios para exercícios de adestramentos combinados entre as Forças Armadas, congressos, seminários, publicações e cursos de capacitação para os militares dos países-membros.

Além disso, atividades de cooperação foram priorizadas a partir de questões de “segurança humana” nos países em tela, como nos eventos danosos, recentes, advindos da pandemia da Covid-19 e nas possibilidades de catástrofes naturais ou outras causadas pelo homem. De modo geral, as atividades citadas estão inscritas no significado de cooperação bi-multilateral proposto para este concerto lusófono (Bernardino e Rizzi, 2023).

A Arquitetura de Defesa da CPLP possui uma “Identidade de Defesa” própria, de 2015, e pode ser caracterizada, dentre outras atividades gerais, por quatro edições do seu Colégio de Defesa; pela Estratégia para os Oceanos, de 2010; pelo Mecanismo de Cooperação entre as Forças Armadas para Situações de Catástrofes, de 2021; pelo Fórum de Saúde Militar, realizado em dezenove circunstâncias; nas sete Conferências das Marinhas; e no Plano para Implementação da Resolução das Nações Unidas sobre Mulheres, Paz e Segurança, em conformidade com as questões de igualdade de gênero na comunidade internacional (Bernardino e Rizzi, 2023).

Salienta-se que a consolidação do papel precípua dos mares esteve entre os variados debates dos altos estamentos da CPLP de defesa. Esta relevância pode ser

evidenciada pelo espaço do seu Triângulo Estratégico, com implicações para a inserção regional brasileira no Atlântico Sul.

O Triângulo Estratégico e a atuação brasileira na CPLP de Defesa

Para a CPLP, a promoção da revitalização das prioridades voltadas para os oceanos fortalece as interações no “Triângulo Estratégico” do fórum (Bernardino e Rizzi, 2023). A partir da Figura 2, percebe-se que a área do “Triângulo Estratégico” da CPLP está concentrada sobre os oceanos Atlântico e Índico, onde está o entorno geoestratégico em que gravitam os interesses prioritários da comunidade, segundo os seus Estados-membros, com destaque especial para Moçambique, na extremidade Sul da reta vermelha, por ser sede do CAE (Ribeiro, 2024).

Figura 2 - O Triângulo Estratégico da CPLP



Fonte: Camelo et al. (2020)

Nesse diapasão, os interesses geopolíticos do Brasil, consubstanciados na região propulsora do “Triângulo Estratégico da CPLP”, advém da evidente dimensão atlântica do fórum, em que o mar é considerado elemento vital, contando também com uma área de influência no Sudeste da Ásia e Oceania, a partir do ingresso do Timor-Leste em 2002 (Rizzi, 2025). No cenário em questão, o governo brasileiro esteve à frente da presidência da CPLP, que possui caráter rotativo, de 2002 até 2004, e entre 2016 e 2018 (Brasil, 2014). Para a sua interação e apoio neste fórum, cabe ressaltar que o Brasil obtém destaque a partir de setores como agricultura, educação e defesa (Hirst, 2010).

Ressalta-se que, em 2010, a Declaração Final da I Reunião dos Ministros dos Assuntos do Mar da CPLP foi marcada pela aprovação da Estratégia para os Oceanos da comunidade, dentre outras decisões, com destaque para a intenção da

criação de um projeto pedagógico para a mobilização da comunidade civil a fim de afirmar a cultura e identidade marítima da CPLP. Nesta, o Brasil esteve representado pelo Almirante-de-Esquadra Júlio Moura Soares de Moura Neto, Comandante da Marinha (CPLP, 2010). A Estratégia para os Oceanos abarca variados assuntos relacionados aos mares, a fim de desenvolver políticas integradas para a capacitação de uma rede de recursos humanos, otimizando a gestão para o desenvolvimento sustentável dos oceanos (Bernardino e Rizzi, 2023).

Ademais, em 2022, ocorreu a VII Conferência das Marinhas e Guardas Costeiras da CPLP, em que o Brasil esteve representado pelo Capitão de Mar de Guerra Eduardo Rabba Tozzini, Adido de Defesa e Naval junto da Embaixada do país em Lisboa, em substituição ao Comandante da Marinha, Almirante de Esquadra Almir Garnier Santos. O tema do evento foi “A pesca ilegal, não declarada e não regulamentada - novas abordagens”, com o propósito de implementar as Marinhas da CPLP no combate à pesca ilegal (CPLP, 2022). Cabe frisar que, em mais de duas décadas de relações diplomáticas, foram realizadas quatorze cimeiras de altos escalões políticos, como nas reuniões bianuais de chefes de Estado, visando o alinhamento permanente dos objetivos do fórum.

Conclusões

O Brasil, ao integrar a Arquitetura de Defesa da CPLP, promove interações institucionais que possuem significativa importância para a construção e o aperfeiçoamento do setor de defesa dos países africanos lusófonos.

Em síntese, os problemas e as limitações desta cooperação geram oportunidades para os interesses brasileiros decorrentes dos desafios comuns dos membros do fórum, especialmente dos PALOP, impulsionando o Brasil ao Atlântico Sul.

Nota-se que medidas de atuação comuns podem fortalecer os Estados africanos lusófonos em variados setores, ampliando os seus interesses sobre os temas prioritários para a Comunidade, como do setor de defesa.

Constata-se que, a partir das ações do CAE, soluções compartilhadas são trabalhadas conjuntamente e articuladas no contexto das reuniões e estudos dos especialistas, em busca de um possível padrão que atenda as disparidades territoriais e regionais dos integrantes da comunidade.

Finalmente, o Brasil atua de modo estratégico na CPLP, onde os laços históricos e culturais favorecem maiores possibilidades de ações conjuntas entre os seus Estados-

membros, sejam bi ou multilaterais, com atenção para a cooperação em defesa pela sua inserção regional no Atlântico Sul.

Referências

BERNARDINO, Luís M. B.; RIZZI, Kamilla R. (Coord.). **25 anos de Cooperação de Defesa na CPLP**. Lisboa: Mercado de Letras Editores, 2023.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)**. 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/mecanismos-internacionais/mecanismos-inter-regionais/cplp>. Acesso em: 21 fev. 2026.

CAMELO, Francisco *et al.* Triângulo Estratégico da CPLP: A Centralidade de Moçambique e sua Importância Geoestratégica. **Revista Estratégica**, Maputo, n. 2, p. 2-15, 2020.

CPLP. **Ata da VII Conferência das Marinhas e Guardas Costeiras da CPLP**. Lisboa, 2022.

CPLP. **Estratégia da CPLP para os Oceanos**. Lisboa, 2010.

HIRST, Mônica. **As relações Brasil-África em ritmo de cooperação Sul-Sul**. CEBRI, 2010.

RIBEIRO, Júlia S. **Cooperação em defesa: desafio e oportunidades para a CPLP**. 2024, 153 f. Dissertação (Mestrado em Segurança Internacional e Defesa) - Programa de Pós-Graduação em Segurança Internacional e Defesa, Escola Superior de Guerra, 2024.

RIZZI, Kamilla R. O Brasil na CPLP: entre interesses, potencialidades, desafios e inconstâncias da cooperação em defesa (1998-2024). **Revista Tempo do Mundo**, n. 37, p. 183-214, 2025.

*Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança – PPGEST, da Universidade Federal Fluminense. E-mail: efgorga@id.uff.br

Cidades na governança global: entre a emergência transnacional e os limites da institucionalização

*Miguel Vitor de Araújo Vieira **

Nas últimas décadas, as cidades vêm se consolidando como atores relevantes no cenário internacional, especialmente em função da crescente urbanização do planeta e da centralidade das questões urbanas nas grandes agendas globais. Essa presença cada vez mais notória das cidades em espaços de tomada de decisão internacional não é apenas simbólica ou retórica: trata-se de uma busca por influência efetiva em processos decisórios que afetam diretamente seus territórios e cidadanias. Contudo, esse protagonismo é ambíguo e está inserido em uma complexa disputa por poder, espaço e legitimidade, que envolve tanto o fortalecimento de redes cooperativas quanto os limites impostos pela arquitetura institucional do sistema internacional.

Losada (2018) ressalta que o reconhecimento das cidades no cenário global é fruto de um trabalho de décadas, que se intensificou com a formação de redes internacionais de cidades e suas estratégias de incidência. Segundo o autor, é consenso que parte significativa das agendas globais, como a Agenda 2030 e a Nova Agenda Urbana, não será implementada de forma efetiva sem a participação ativa dos governos locais. Esse reconhecimento, no entanto, ainda é limitado. Apesar de sua crescente visibilidade, as cidades continuam ocupando uma posição de observadores nos espaços multilaterais, sem voto e sem poder real de decisão. Como destaca Losada (2018), elas atuam sobre marcos definidos pelos Estados nacionais, o que limita sua capacidade de influenciar decisivamente os rumos das agendas internacionais.

A obra coordenada por Losada e Abdullah (2019) aprofunda essa discussão ao analisar a reconfiguração de redes internacionais de cidades. Para os autores, o crescimento do número de redes e plataformas urbanas tem gerado uma dinâmica fragmentada e, por vezes de concorrência, o que compromete a coerência das estratégias de atuação internacional dos governos locais. Se, por um lado a multiplicação de redes indica uma maior diversificação de interesses e formas de inserção internacional, por outro, dificulta a construção de uma voz municipalista unificada capaz de disputar narrativas e influências nos espaços multilaterais. A participação de atores privados, como no caso da C40 ou das 100 Resilient Cities, também introduz novos elementos à equação, ao deslocar parte do controle da

agenda urbana para organismos não estatais, com lógicas de atuação nem sempre compatíveis com os valores democráticos e os interesses públicos locais.

Nesse contexto Marx (2006) contribui ao destacar o papel das cidades na articulação da relação entre o local e o global. Para ela, as cidades não apenas se adaptam aos processos da globalização, mas também passam a atuar como mediadoras, buscando influência tanto na dimensão econômica quanto na política do sistema internacional. Segundo a autora, essa atuação se dá por meio da formação de redes, da cooperação entre entes locais e da elaboração de estratégias como o marketing urbano, a diplomacia de cidades e a formulação de políticas públicas voltadas à atração de investimentos. No entanto, a autora alerta que essa inserção internacional pode gerar novas desigualdades, pois não todas as cidades têm as mesmas capacidades institucionais e recursos para disputar esse espaço global.

Por outro lado, a atuação de organismos internacionais tem sido determinante na formação de capacidades locais e na promoção de agendas urbanas transnacionais. O estudo de Dantas et al. (2024) sobre o Programa Cidades Emergentes e Sustentáveis (CES), do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), mostra como uma instituição financeira internacional pode influenciar diretamente a formulação e implementação de políticas urbanas em países como o Brasil. O CES, implementado em cidades como Goiânia, João Pessoa e Florianópolis, buscou fomentar o desenvolvimento urbano sustentável por meio de metodologias padronizadas e apoio técnico-financeiro. No entanto, os autores chamam atenção para o fato de que o programa foi implementado com frágil contextualização local, pouca avaliação de resultados e sem garantir continuidade ou apropriação plena por parte dos governos locais. Isso revela que a atuação internacional das cidades, ainda que impulsionada por redes e organismos, pode reproduzir relações assimétricas de poder e depender fortemente de agendas externas.

Ao mesmo tempo, observa-se que a atuação internacional das cidades não é apenas institucional. Como mostram Jean-Pierre Malé e Giovanni Allegretti (Losada e Abdullah, 2019), emerge também uma dimensão política e cidadã: frentes de cidades que se articulam em defesa de direitos e contra políticas nacionais excludentes, e redes que adotam a participação cidadã como eixo estruturante. Essas experiências demonstram que as cidades, além de atuarem como instâncias administrativas, podem se constituir como espaços de resistência e inovação democrática no sistema internacional. A incorporação da demodiversidade e da participação cidadã nas redes urbanas revela a potência das cidades como espaços

de construção de alternativas e como contraponto à lógica hierárquica dos Estados.

As cidades como atores transnacionais representam uma transformação significativa no campo das relações internacionais e da governança global contemporânea. Ainda que sua atuação seja marcada por contradições entre visibilidade e limitação institucional, entre cooperação e competição, entre protagonismo político e dependência de agendas externas. O futuro dessa atuação dependerá da capacidade de articulação entre redes, da institucionalização de mecanismos de participação efetiva nos espaços multilaterais e da construção de alianças com outros atores globais que compartilhem dos princípios da democracia, da sustentabilidade e da justiça social. Como sintetiza Losada (2018), a política deve estar no centro da ação internacional das cidades. Apenas com prioridades claras e com lideranças comprometidas é que será possível transcender a retórica e disputar os rumos das grandes transformações globais.

Essa ambiguidade entre protagonismo e fragilidade institucional torna-se mais aguda quando se examinam as assimetrias jurídico-financeiras que condicionam a inserção global das cidades. Conforme argumentam Eslava e Hill (2025), as cidades do Sul Global gozam de uma "personalidade jurídica internacional limítrofe": são convocadas a implementar agendas globais, mas sua participação se dá de forma subordinada a lógicas externas de financeirização e rating de crédito, o que frequentemente as leva a priorizar a confiança do investidor em detrimento de necessidades locais. Essa dinâmica, somada às barreiras institucionais apontadas por Haque et al. (2026) como o principal obstáculo global para o desenvolvimento urbano equitativo - notadamente a personalização da política e a descontinuidade administrativa - revela que a internacionalização das cidades pode reproduzir, em vez de superar, as assimetrias de poder e os ciclos de exclusão urbana.

Um aspecto que pode dificultar a consolidação da atuação internacional das cidades brasileiras é a dependência da figura do chefe do Executivo local. A personalização da política pública, característica marcante da administração urbana no Brasil, se traduz na instabilidade e fragmentação das ações no campo da cooperação internacional. Como mostra o estudo de Dantas et al. (2024), mesmo em programas amplamente financiados e com suporte técnico, como o Programa Cidades Emergentes e Sustentáveis (CES) do BID, os resultados práticos dependem fortemente do engajamento do prefeito em exercício. Em João Pessoa, por exemplo, o CES foi inicialmente recebido com entusiasmo e chegou a produzir diagnósticos e propostas de ação. No entanto, com a mudança de gestão, o programa perdeu

força e foi praticamente abandonado, sem institucionalização nem continuidade. Como destacam os autores a descontinuidade das administrações e a ausência de arranjos institucionais que garantam continuidade às ações urbanas comprometem a efetividade e a apropriação local dos programas internacionais (Dantas et al., 2024).

Para que as cidades brasileiras superem a atuação episódica e fortaleçam sua presença nas redes transnacionais, é necessário investir na construção de uma institucionalidade específica voltada à política externa local. Isso implica não apenas a criação de departamentos ou secretarias de relações internacionais nos municípios, mas também a valorização de carreiras técnicas, a articulação com universidades e centros de pesquisa locais e a consolidação de mecanismos de avaliação e continuidade intergestora. A experiência de cidades latino-americanas como Medellín e Buenos Aires, que institucionalizaram suas estratégias internacionais com equipes técnicas permanentes e articulação regional, pode servir de inspiração. No entanto, qualquer processo de institucionalização deve considerar as especificidades político-administrativas do federalismo brasileiro e dialogar com os múltiplos níveis de governo, evitando tanto a centralização excessiva quanto a fragmentação das ações internacionais subnacionais.

Além das reformas institucionais, é preciso avançar em uma reflexão sobre os valores que orientam a atuação internacional das cidades. A inserção das cidades brasileiras nos espaços de governança global deve estar vinculada à construção de agendas que priorizem a justiça territorial, a equidade urbana e a participação cidadã. O risco de uma internacionalização meramente pragmática, orientada apenas por interesses econômicos ou visibilidade externa, pode reproduzir lógicas excludentes e ampliar desigualdades urbanas. Nesse sentido, a demodiversidade surge como um horizonte possível, ao propor que os arranjos de governança urbana global valorizem a pluralidade de vozes, saberes e formas de organização política existentes nos territórios. Colocar a política, no sentido amplo de deliberação, disputa e representação de interesses, no centro da ação internacional das cidades é essencial para que essas se tornem, de fato, protagonistas legítimas e transformadoras na arena global.

Em síntese, reconhecer as cidades como atores transnacionais relevantes requer ir além da retórica da descentralização e encarar os desafios institucionais, políticos e normativos que envolvem sua atuação. A consolidação de uma política externa municipal brasileira depende da articulação entre profissionalização técnica,

estabilidade institucional e compromisso político com a construção de uma ordem urbana global mais democrática, inclusiva e participativa. Apostar nesse caminho é não apenas ampliar o alcance das cidades no cenário internacional, mas também disputar os sentidos da globalização em favor de um mundo mais justo, sustentável e plural.

Referências

DANTAS, A. C. et al. O Banco Interamericano de Desenvolvimento como promotor de ideias e políticas no Brasil: uma análise a partir do Programa Cidades Emergentes e Sustentáveis. **Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais**, v. 9, n. 2, p. 153-186, 2024. Disponível em:

<https://periodicos.ufpb.br/index.php/rppi/article/view/67927/41530>. Acesso em: 7 abr. 2026.

ESLAVA, L.; HILL, G. Global South cities: borderline international legal personality, financialised local governance and urban resistance. **International Journal of Law in Context**, Cambridge, 2025. Disponível em:

<https://www.cambridge.org/core/journals/international-journal-of-law-in-context/article/global-south-cities-borderline-international-legal-personality-financialised-local-governance-and-urban-resistance/027CEA5AEB157B879975F1D9DD4CC6B1>. Acesso em: 26 maio 2026.

HAQUE, M. N. et al. (In)justice in Smart Cities: Barriers and an Integrative Framework for Solution Pathways From a Global Perspective. **Sustainable Development**, Wiley, 2026. DOI: 10.1002/sd.70620. Disponível em: <https://napier-repository.worktribe.com/output/4911926/>. Acesso em: 26 maio 2026.

LOSADA, A. F. de. De la retórica a la política: ¿Pueden las ciudades ganar trascendencia en las agendas globales? **Opinión CIDOB**, n. 556, nov. 2018. 2 p. Disponível em: https://www.cidob.org/sites/default/files/2024-08/556_OPINION_AGUSTI%20FERNANDEZ%20DE%20LOSADA_CAST.pdf. Acesso em: 8 abr. 2026.

LOSADA, A. F. de; ABDULLAH, H. (coord.). **Repensando el ecosistema de redes internacionales de ciudades: retos y oportunidades**. Barcelona: CIDOB Edicions, 2019. Disponível em: https://www.cidob.org/es/publicaciones/serie_de_publicacion/monografias/monogr

afias/repensando el ecosistema de redes internacionales de ciudades retos y o
portunidades. Acesso em: 5 abr. 2026.

MARX, V. Las ciudades en la globalización. **Arquiteturarevista**, v. 2, n. 1, 2006.

Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1936/193616282004.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2026.

*Doutorando e Mestre em Ciências Sociais na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG). E-mail: miguelaraujovieira47@gmail.com

Minerais Críticos e Poder Estratégico: O Brasil na Transição Energética Global

*Julio Cezar Rodrigues Eloi **

A transição energética global reposicionou minerais críticos e terras raras como insumos centrais das tecnologias de baixo carbono e da infraestrutura estratégica (International Energy Agency – IEA, 2021; Banco Mundial, 2020). O United States Geological Survey (USGS, 2021) evidencia a concentração da produção em poucos países, como a China, o que gera vulnerabilidades para Estados dependentes. Apesar da crescente literatura sobre energia limpa, ainda há uma lacuna quanto à análise da relação entre minerais críticos e defesa nacional (Klare, 2012).

Autores como Klare (2012) e Strange (1996) destacam que recursos estratégicos deslocam o foco da competição internacional e criam vulnerabilidades. Nesse cenário, o problema central é compreender como o Brasil pode transformar sua dotação mineral em poder estratégico. A questão de pesquisa que orienta este artigo é: de que maneira os minerais críticos podem ser convertidos em instrumentos de soberania e segurança nacional para o Brasil na transição energética global?

O objetivo deste artigo é analisar como minerais críticos podem se consolidar como instrumentos de poder brasileiro, articulando geopolítica, defesa e soberania nacional. Busca-se compreender as condições que favorecem o Brasil, como reservas diversificadas e matriz elétrica predominantemente renovável, e os desafios relacionados à governança mineral e às políticas industriais (Pope; Smith, 2023).

A investigação se justifica pela relevância dos minerais críticos para a autonomia tecnológica, a segurança energética e a defesa nacional. Esses recursos já integram a agenda internacional (Nye, 2011), e no Brasil são reconhecidos como ativos de soberania pela Estratégia Nacional de Defesa - END (Ministério da Defesa – MD, 2020). A contribuição esperada é oferecer subsídios para políticas públicas e estratégias que integrem recursos minerais à esfera de segurança (IEA, 2021).

Debates teóricos

A literatura sobre geopolítica dos recursos enfatiza que minerais estratégicos moldam relações de poder e dependência entre Estados. Klare (2012) argumenta que a disputa por recursos críticos é um vetor central da política internacional contemporânea, enquanto Strange (1996) mostra como a economia política global

conecta recursos estratégicos à vulnerabilidade dos Estados. Essa perspectiva reforça que minerais críticos não são apenas commodities, mas ativos geopolíticos que se inserem na agenda de segurança internacional (Buzan; Hansen, 2009).

Analistas de segurança internacional apontam que recursos estratégicos passaram a integrar a agenda de defesa e segurança. Nye (2011) sustenta que o poder no século XXI depende da capacidade de transformar recursos críticos em instrumentos de influência e segurança, e Scholvin (2016) acrescenta que a geografia dos recursos energéticos condiciona a autonomia dos Estados. Nesse sentido, minerais críticos se consolidam como elementos estruturantes do poder estratégico, especialmente em um cenário de transição energética (IEA, 2021).

No cenário brasileiro, a END (MD, 2020) reconhece minerais estratégicos como ativos de soberania, fundamentais para garantir autonomia tecnológica e segurança energética. Essa abordagem conecta a geopolítica dos recursos à agenda de defesa, indicando que a gestão mineral deve ser entendida como política de Estado. Estudos recentes reforçam que a integração entre recursos minerais e defesa é condição para ampliar a autonomia brasileira e reduzir vulnerabilidades (Banco Mundial, 2020).

A governança mineral é apontada como fator decisivo para transformar dotação geológica em poder estratégico. Pope e Smith (2023) destacam que o Brasil reúne vantagens estruturais incomuns, como reservas diversificadas e matriz elétrica limpa, mas depende de políticas industriais e mecanismos de rastreabilidade para consolidar uma diplomacia mineral. Nesse sentido, a literatura converge para a ideia de que minerais críticos são simultaneamente recursos econômicos, ativos geopolíticos e instrumentos de defesa nacional (USGS, 2021).

Apesar da relevância crescente do tema, ainda há lacunas na literatura sobre como países emergentes, como o Brasil, podem articular recursos minerais com estratégias de defesa e soberania. A maior parte dos estudos concentra-se em grandes potências, como Estados Unidos e China, deixando em aberto a análise sobre países com matriz energética limpa e reservas diversificadas. Essa lacuna justifica a necessidade de confrontar a teoria com a realidade brasileira, como faremos a seguir, na discussão e apresentação dos resultados da nossa pesquisa. (MD, 2020; IEA, 2021).

Evidências documentais e comparativas

O Quadro 1, adaptado de Holanda (2021), sintetiza a importância de minerais

como cobre, níquel, lítio e terras raras em tecnologias como solar fotovoltaica, eólica, baterias e redes elétricas. Fica demonstrado que tecnologias de energia limpa são intensivas em minerais, especialmente cobre, alumínio e elementos de terras raras.

Quadro 1 - Importância dos minerais críticos em tecnologias verdes

Tecnologia	Cobre	Cobalto	Níquel	Lítio	Terras raras	Cromo	Zinco	Platina	Alumínio	Nióbio
Solar PV	+++	+	+	+	+	+	+	+	+++	+
Eólica	+++	+	++	+	+++	++	+++	+	++	++
Hidráulica	++	+	+	+	+	++	++	+	++	+
Solar CSP	++	+	++	+	+	+++	++	+	+++	+
Bioenergia	+++	+	+	+	+	+	++	+	++	+
Geotérmica	+	+	+++	+	+	+++	+	+	+	+
Nuclear	++	+	++	+	+	++	+	+	+	+
Rede elétrica	+++	+	+	+	+	+	+	+	+++	+
Baterias	+++	+++	+++	+++	+++	+	+	+	+++	+++
Hidrogênio	+	+	+++	++	++	+	+	+++	++	+

Legenda: + = baixa importância; ++ = importância média; +++ = alta importância.

Fonte: Holanda (2021), com dados da IEA (2021).

A geopolítica desses minerais críticos possui forte assimetria. A China controla entre 60% e 90% do processamento de minerais essenciais, como terras raras, grafite, lítio e cobalto. Em 2020, produziu aproximadamente 140 mil toneladas de óxidos de terras raras, enquanto países com grandes reservas, como Vietnã e Brasil, produziram cerca de 1 mil toneladas cada (United States Geological Survey - USGS, 2021). Essa concentração cria vulnerabilidades, levando EUA, União Europeia e Canadá a adotarem políticas de diversificação e fortalecimento de cadeias domésticas.

A Tabela 1 evidencia a discrepância entre reservas e produção. O Brasil possui 21 milhões de toneladas de reservas, a terceira maior do mundo, mas produz apenas cerca de 1 mil toneladas por ano, revelando subaproveitamento. A China, por sua vez, lidera tanto em reservas quanto em produção, consolidando sua posição estratégica.

A posição brasileira é singular. O país detém 98,8% das reservas globais de nióbio, 22% das reservas de grafite natural, 16% das reservas de terras raras e 16% das reservas de níquel (Pope; Smith, 2023). Além disso, possui matriz energética renovável, que permite produzir materiais com menor pegada de carbono, vantagem competitiva relevante em mercados que exigem rastreabilidade e sustentabilidade.

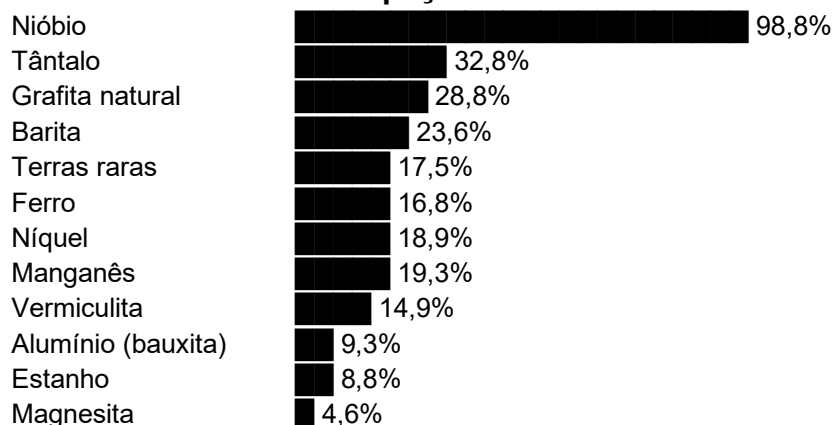
Tabela 1 - Produção e reservas mundiais de terras raras (2019–2020)

País	Produção 2019 (t)	Produção 2020 (t)	Reservas (t)
Estados Unidos	28.000	38.000	1.500.000
Austrália	20.000	17.000	4.100.000
Brasil	710	1.000	21.000.000
Mianmar	25.000	30.000	n.d.
Burundi	200	500	n.d.
Canadá	n.d.	n.d.	830.000
China	132.000	140.000	44.000.000
Groenlândia	n.d.	n.d.	1.500.000
Índia	2.900	3.000	6.900.000
Madagascar	4.000	8.000	n.d.
Rússia	2.700	2.700	12.000.000
África do Sul	n.d.	n.d.	790.000
Tanzânia	n.d.	n.d.	890.000
Tailândia	1.900	2.000	n.d.
Vietnã	1.300	1.000	22.000.000
Outros países	66	100	310.000
Total mundial	220.000	240.000	120.000.000

n.d. = dado não disponível na fonte.

Fonte: USGS (2021, p. 133).

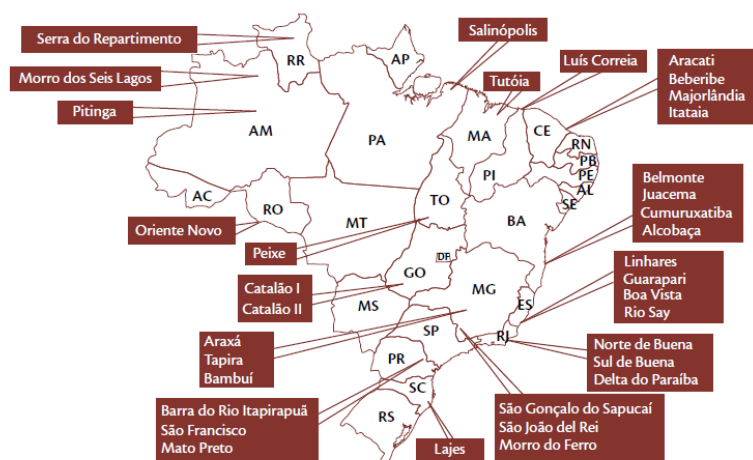
O Gráfico 1, adaptado da Agência Nacional de Mineração (ANM), mostra que o Brasil lidera globalmente em reservas de nióbio (98,8%), com relevância em tântalo, grafita natural, barita, níquel e terras raras. Esses dados reforçam a importância do país na transição energética e reconfiguração das cadeias de suprimento.

Gráfico 1 - Participação brasileira nas reservas mundiais de minerais (2016)

Fonte: ANM (2020).

A distribuição geográfica das ocorrências brasileiras de terras raras reforça o potencial nacional. O Serviço Geológico do Brasil (SGB/ CPRM) identifica depósitos relevantes em Araxá (MG), Morro dos Seis Lagos (AM), Serra do Repartimento (AP), Costa Marques (RO) e Poços de Caldas (MG). O país já foi líder mundial na produção de monazita entre o final do século XIX e meados do século XX, e dominou processos de separação química até a década de 1960.

Figura 1 - Ocorrências de terras raras no Brasil



Fonte: CGEE (2013).

A Figura 1 detalha as ocorrências de terras raras no território brasileiro, destacando depósitos em estados como Amazonas, Amapá, Minas Gerais, Goiás e Rondônia. Essa distribuição evidencia a diversidade geológica do país e o potencial para expansão da produção, especialmente em regiões ainda pouco exploradas.

A transição energética brasileira amplia a demanda por minerais críticos. Para a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), no estudo *Minerais Críticos e Estratégicos para a Transição Energética* (2025), a oferta interna de energia renovável crescerá 2,4% ao ano até 2034, com destaque para energia solar e eólica. A eletrificação dos transportes, impulsionada pelo Programa de Mobilidade Verde e Inovação (MOVER), aumentará significativamente a demanda por lítio, níquel, cobalto e grafite.

Gráfico 2 - Demanda global de minerais críticos (2020–2030)



Fonte: Goldman Sachs (2023), reproduzido em Chemale (2023).

O Gráfico 2, de Chemale (2023), mostra o crescimento projetado da demanda global por lítio, níquel, cobalto e terras raras até 2030. O lítio se destaca, refletindo sua centralidade na indústria de baterias e na eletromobilidade.

A governança mineral é outro eixo decisivo. A Resolução nº 2/2021 do Comitê Interministerial de Análise de Projetos de Minerais Estratégicos (CTAPME) classifica minerais estratégicos em três categorias: dependência de importação, importância tecnológica e relevância comercial. Essa estrutura orienta políticas de financiamento, licenciamento e pesquisa. A EPE (2025) destaca que minerais da Categoria II, como lítio, níquel, cobalto, grafite e terras raras, são essenciais para a transição energética.

Quadro 2 - Classificação de minerais estratégicos (CTAPME nº 2/ 2021)

Categoria	Descrição	Minerais incluídos
Categoria I	Minerais dos quais o Brasil depende de importação para setores vitais	Fosfato; Potássio; Enxofre; Molibdênio
Categoria II	Minerais importantes para produtos e processos de alta tecnologia	Cobalto; Cobre; Estanho; Grafite; Grupo da platina; Lítio; Nióbio; Níquel; Silício metálico; Tálíio; Tântalo; Terras raras; Titânio; Tungstênio; Vanádio
Categoria III	Minerais essenciais para a economia nacional, com vantagens competitivas e superávit comercial	Alumínio (bauxita); Cobre; Ferro; Grafite; Ouro; Manganês; Nióbio; Urânio

Fonte: EPE (2025)

O Quadro 2 traz a classificação oficial dos minerais estratégicos no Brasil. Ele demonstra que minerais críticos para a transição energética, como lítio, níquel, cobalto e terras raras, estão concentrados na Categoria II, que abrange insumos essenciais para tecnologias de alta complexidade e cadeias produtivas de valor agregado.

A geopolítica contemporânea reforça a necessidade de diversificação. A União Europeia aprovou o *Critical Raw Materials Act* (2023), estabelecendo que nenhum país membro poderá depender de mais de 65% de um único fornecedor para

minerais estratégicos. Os Estados Unidos, por sua vez, ampliaram incentivos via *Inflation Reduction Act* (IRA, 2022), priorizando cadeias domésticas. O Canadá lançou sua *Critical Minerals Strategy* (2022), com foco em mapeamento geológico.

O Brasil, com sua matriz limpa e diversidade mineral, pode se posicionar como fornecedor confiável em cadeias globais de baixo carbono. Pope e Smith (2023) argumentam que o país reúne condições para liderar uma diplomacia mineral baseada em rastreabilidade, sustentabilidade e justiça climática, especialmente relevante na COP30, que ocorreu em Belém/ PA, em novembro de 2025.

O nosso país possui vantagens estruturais incomuns: reservas abundantes e diversificadas, matriz elétrica renovável, capacidade industrial instalada e credibilidade internacional. No entanto, transformar dotação geológica em vocação mineral exige políticas industriais consistentes, governança robusta, investimentos em pesquisa e desenvolvimento, e integração entre Estado, setor privado e sociedade.

A conjuntura internacional oferece condições favoráveis para a ampliação da inserção brasileira nas cadeias de suprimento de minerais críticos, desde que acompanhada por políticas industriais e governança estratégica. As implicações estratégicas desses fatores ultrapassam a dimensão econômica e alcançam diretamente o campo da segurança e da defesa.

Do ponto de vista da Defesa Nacional, minerais críticos e terras raras integram a base material da soberania tecnológica, pois sustentam sistemas que dependem de eletrônica avançada, sensores de precisão e soluções energéticas de alta eficiência. Sistemas de comunicação, radares, satélites, motores elétricos, mísseis guiados, baterias militares e equipamentos de guerra eletrônica utilizam esses insumos em componentes essenciais, o que vincula cadeias minerais à prontidão das Forças Armadas (FA). Nesse contexto, a vulnerabilidade de suprimento pode comprometer a autonomia operacional e a capacidade de sustentação logística, tornando a governança mineral tema de segurança e de planejamento estratégico de longo prazo.

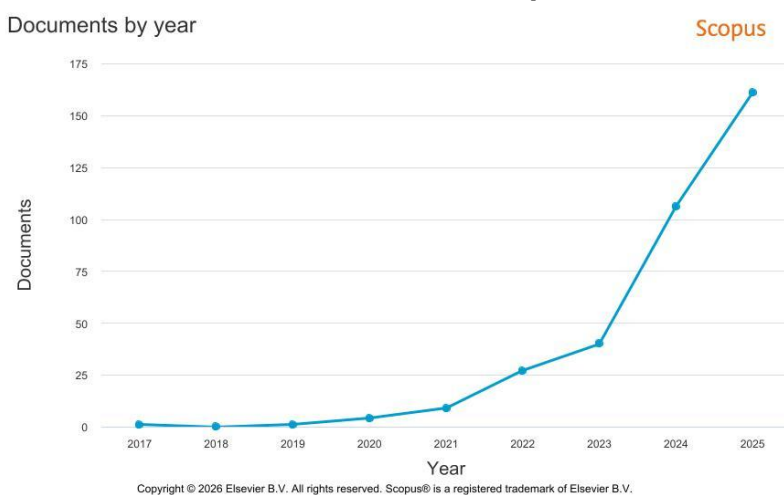
A geopolítica contemporânea reforça essa dimensão ao integrar política mineral, segurança econômica e política industrial. Iniciativas como o *Critical Raw Materials Act* da União Europeia (2023), o *Inflation Reduction Act* dos Estados Unidos (2022) e a *Critical Minerals Strategy* do Canadá (2022) demonstram que o controle de cadeias minerais passou a ser entendido como componente de resiliência estratégica, reduzindo dependências externas e fortalecendo bases industriais sensíveis. Essas políticas evidenciam que minerais críticos deixaram de ser apenas

insumos produtivos e ocupam posição central na arquitetura de segurança das economias avançadas.

Evidências bibliométricas

A análise bibliométrica realizada na base Scopus revela crescimento significativo dos estudos sobre minerais críticos e transição energética na última década. O Gráfico 3 mostra que, entre 2017 e 2020, o número de publicações era residual, com apenas quatro artigos em 2020. A partir de 2021, observa-se curva ascendente, culminando em 161 publicações em 2025. Esse salto evidencia que o tema ganhou centralidade na agenda internacional, acompanhando o avanço das políticas de descarbonização e a intensificação da competição por recursos minerais.

Gráfico 3 – Documentos por ano



Fonte: Scopus (2026).

O Gráfico 4 de países mostra concentração da produção científica em economias centrais. Os EUA lideram com 86 publicações, seguidos por Austrália (56), China (52) e Reino Unido (50). O Brasil aparece com apenas 14 artigos, ocupando posição periférica. Essa distribuição confirma a assimetria já identificada na análise documental: países que controlam cadeias minerais também lideram a produção acadêmica, reforçando sua capacidade de formular políticas baseadas em evidências.

A análise de autores e afiliações evidencia núcleos de excelência. Entre os mais prolíficos estão Fikru, M.G. (10), Wang, P. (7) e Deberdt, R. (6), enquanto instituições como University of Queensland (19), Chinese Academy of Sciences (15) e Colorado School of Mines (13) lideram em publicações. Esses dados confirmam que centros de

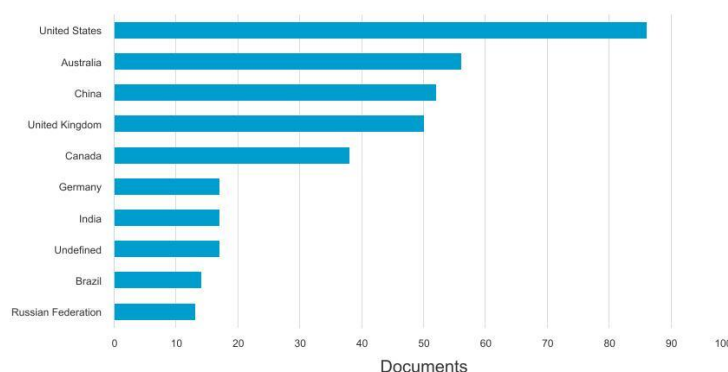
pesquisa localizados em países com forte presença mineral ou liderança tecnológica concentram a produção científica. A presença marginal de universidades brasileiras, como a Universidade Federal de Ouro Preto (4) e a USP (2), reforça a necessidade de ampliar investimentos em pesquisa e cooperação internacional.

Gráfico 4 – Documentos por país ou território

Documents by country or territory

Scopus

Compare the document counts for up to 15 countries/territories.

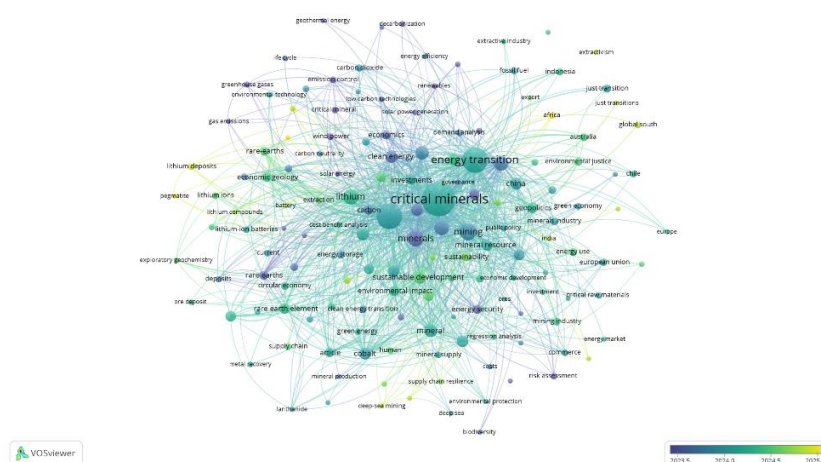


Copyright © 2026 Elsevier B.V. All rights reserved. Scopus® is a registered trademark of Elsevier B.V.

Fonte: Scopus (2026).

A visualização pelo VOSviewer complementa essa análise ao mostrar a rede de co-ocorrência de palavras-chave (Figura 2), com um núcleo conceitual em *critical minerals* e *energy transition*, conectado a *mining*, *sustainable development*, *geopolitics* e *energy security*. Clusters periféricos destacam temas emergentes como *rare earths*, *lithium-ion batteries* e *circular economy*, que ganharam força entre 2023 e 2025.

Figura 2 – Rede de coocorrência entre palavras-chaves



Fonte: software VOSviewer, com base em dados da Scopus (2026).

Os achados bibliométricos dialogam com a literatura revisada. A concentração da produção científica em países centrais confirma a análise de Klare (2012) e Scholvin (2018) sobre a geopolítica dos recursos. A multidisciplinaridade observada nas áreas temáticas reforça a perspectiva de Buzan e Hansen (2009), que associam minerais críticos à segurança internacional e à política industrial. A baixa inserção brasileira, por sua vez, confirma a lacuna apontada por Nye (2011) e Strange (1996), sugerindo que o país ainda não consolidou uma agenda acadêmica robusta sobre o tema. As implicações são claras: sem ampliar sua presença científica e institucional, o Brasil terá dificuldade em transformar sua dotação mineral em poder estratégico.

Considerações Finais

O presente estudo cumpriu o objetivo de analisar a relação entre minerais críticos, transição energética e segurança nacional, com foco no caso brasileiro. A partir da integração entre análise documental, dados oficiais e bibliometria da Scopus, foi possível demonstrar que o Brasil possui vantagens estruturais incomuns - reservas abundantes e diversificadas, matriz elétrica renovável e credibilidade internacional - mas enfrenta desafios institucionais e acadêmicos para transformar sua dotação mineral em poder estratégico. A análise evidenciou que, embora o país reúna condições favoráveis, ainda carece de políticas industriais consistentes, governança robusta e maior inserção em redes globais de pesquisa.

As principais contribuições do trabalho residem em três dimensões. Primeiro, ao confrontar dados documentais com evidências bibliométricas, o estudo mostrou que a produção científica sobre minerais críticos é altamente concentrada em países centrais, enquanto o Brasil permanece marginal. Segundo, ao destacar a transversalidade temática revelada pela bibliometria, reforçou-se que minerais críticos não são apenas insumos técnicos, mas elementos que articulam dimensões econômicas, ambientais e geopolíticas. Terceiro, ao integrar a perspectiva da Defesa Nacional, o estudo ampliou o debate sobre minerais críticos, demonstrando que sua governança impacta diretamente a soberania tecnológica e a prontidão das FA.

As implicações são relevantes tanto para a formulação de políticas públicas quanto para a agenda acadêmica. Do ponto de vista governamental, os resultados sugerem a necessidade de consolidar uma diplomacia mineral baseada em rastreabilidade, sustentabilidade e justiça climática, capaz de posicionar o Brasil como fornecedor confiável em cadeias globais de baixo carbono. Do ponto de vista

científico, a baixa inserção brasileira nas redes de colaboração e coautoria reforça a urgência de ampliar investimentos em pesquisa, estimular parcerias internacionais e consolidar grupos de excelência em minerais críticos. Sem esse esforço, o país corre o risco de permanecer como exportador de matérias-primas, sem protagonismo na formulação de normas e padrões globais.

O estudo, contudo, apresenta limitações. A análise bibliométrica concentrou-se em dados da Scopus, o que pode restringir a abrangência das conclusões, já que outras bases de dados poderiam revelar nuances adicionais. Além disso, a pesquisa não explorou em profundidade os aspectos socioambientais da mineração de minerais críticos, que merecem atenção em futuros trabalhos. Perspectivas futuras incluem o aprofundamento da análise de redes por meio de ferramentas como o VOSviewer, a investigação da co-ocorrência de palavras-chave em diferentes bases e a comparação entre políticas nacionais de governança mineral. Tais estudos poderão contribuir para consolidar uma agenda brasileira mais robusta, capaz de integrar ciência, política e defesa em torno dos minerais críticos

Referências:

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO (ANM). *Anuário Mineral Brasileiro 2020*. Brasília: ANM, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/anm/pt-br/assuntos/economia-mineral/publicacoes/anuario-mineral/anuario-mineral-brasileiro/amb_2020_ano_base_2019_revisada2_28_09.pdf . Acesso em: 22 mai. 2026.

BRASIL. Comitê Interministerial de Análise de Projetos de Minerais Estratégicos (CTAPME). Resolução nº 2, de 18 de junho de 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/noticias/mme-lanca-relatorio-anual-do-comite-interministerial-de-analise-de-projetos-de-minerais-estrategicos/resolucao2CTAPME.pdf> . Acesso em: 22 mai. 2026.

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS (CGEE). *Usos e aplicações de terras raras no Brasil: 2012–2030*. Brasília: CGEE, 2013. Disponível em: <https://sict.rs.gov.br/upload/arquivos/202006/16181948-uso-e-aplicacoes-de-terras-raras-no-brasil-2012-2030.pdf> . Acesso em: 22 mai. 2026.

CHEMALE, L. T. *Terras raras no Serviço Geológico do Brasil*. Brasília: SGB/ CPRM, 2023. Disponível em: https://rigeo.sgb.gov.br/bitstream/doc/24435/1/terras_raras_sgb.pdf . Acesso em: 22 mai. 2026.

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA (EPE). *Minerais críticos e estratégicos para a*

transição energética. Rio de Janeiro: EPE, 2025. Disponível em: https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-877/Caderno_Minerais_Final.pdf. Acesso em: 22 mai. 2026.

HOLANDA, J. *Terras-raras e nióbio no Brasil: minerais críticos e elementos essenciais para a transição energética*. Rio de Janeiro: IBASE, 2021. Disponível em: <https://ibase.br/wp-content/uploads/2022/02/Terras-raras-e-niobio-Julio-Holanda.pdf>. Acesso em: 22 mai. 2026.

INTERNATIONAL ENERGY AGENCY (IEA). *The role of critical minerals in clean energy transitions*. Paris: IEA, 2021. Disponível em: <https://www.iea.org/reports/the-role-of-critical-minerals-in-clean-energy-transitions>. Acesso em: 22 mai. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO (IBRAM). *Os minerais críticos e estratégicos na COP30: avançar com uma política para os brasileiros e para o mundo*. Brasília: IBRAM, 2025. Disponível em: https://ibram.org.br/wp-content/uploads/2025/05/IBRAM_news_green-paper_2025_web.pdf. Acesso em: 22 mai. 2026.

KLARE, M. *The race for what's left: the global scramble for the world's last resources*. New York: Metropolitan Books, 2012.

POPE, N.; SMITH, P. *Minerais críticos e estratégicos do Brasil em um mundo em transformação*. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, 2023. Disponível em: <https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2023/10/Minerais-Criticos-e-Estrategicos.pdf>. Acesso em: 22 mai. 2026.

SCHOLVIN, S. *Geopolitics: an introductory overview of concepts and empirical examples*. Oxford: Oxford University Press, 2018.

STRANGE, S. *The retreat of the state: the diffusion of power in the world economy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

UNITED STATES GEOLOGICAL SURVEY (USGS). *Mineral Commodity Summaries 2021*. Reston, VA: USGS, 2021. Disponível em: <https://pubs.usgs.gov/periodicals/mcs2021/mcs2021.pdf>. Acesso em: 22 mai. 2026.

* Doutorando e mestre em Administração pela Universidade Paulista (PPGA/UNIP) E-mail: misterjulio@gmail.com

Como pesquisar elites no Brasil (Resenha)

Mário Jorge de Paiva*

Gustavo Cravo de Azevedo**

Vanusa Maria Queiroz da Silva***

O livro *Como pesquisar elites no Brasil*, organizado por Débora Thomé, Matias López e Graziella Silva (2025), é um feliz achado, porque, como falamos em Paiva (no prelo), acreditamos que as Ciências Sociais brasileiras deveriam se dedicar mais ao tema dos estudos das elites. A resenha tentará mostrar que, mesmo com algumas questões apontadas, é um livro com um saldo final positivo, e que vale ser lido por quem se interessa ou pesquisa o tema. Como é um livro escrito por diversos autores há algumas ideias repetidas, assim como certos tópicos poderiam ser mais desenvolvidos, até do ponto de vista estatístico.

O livro em questão é composto por uma introdução dos organizadores e oito (8) textos. A introdução faz uma boa apresentação do tema, comentando nomes famosos no aporte teórico, vide Weber, Marx, Pareto, Mosca, Michels, Hoffmann-Lange etc., e apresentando o que o livro deseja ou não deseja fazer; falando um pouco da questão de recortes de pesquisa e outros temas caros ao grupo de pesquisadores em questão, como o fato do Brasil não ser uma “jabuticaba” na Ciência Política, ou seja, ele pode sim ser comparado com outros países, com formações políticas e econômicas similares.

O capítulo 1, *A pesquisa de elites no Brasil pelo olhar da professora Elisa Reis* de Débora Thomé, é um capítulo baseado em uma entrevista realizada com Elisa Reis em 2023, e aponta um pouco a trajetória e os interesses de pesquisa da professora em questão. É um capítulo útil para contextualizar até certos esforços de pesquisas que irão reaparecer ao longo do livro.

O capítulo 2, *Tipos de amostragem e taxa de resposta entre elites brasileiras* de Matias López, já parte para uma discussão mais metodológica, e busca “defender” pesquisas feitas por amostra e por sorteio, afinal estudar todos os membros de uma elite, ainda mais quando o universo de pesquisa é grande, é bem mais difícil. E, de modo geral, concordamos com López; sortear os entrevistados é, muitas vezes, a forma mais indicada, até para evitar viés de seleção e aumentar chances de uma amostra representativa da população estudada.

Alguns tópicos, em específico, poderiam ser mais bem desenvolvidos, mas gostamos do capítulo. Apresentamos um exemplo de tópico que poderia ter mais desenvolvimento. Em certa parte do livro (Thomé, López & Silva, 2025, p. 38), se

fala que pesquisas por amostragem são uma boa ferramenta para estimar como as elites estão compostas e se comportam mesmo quando usadas amostras pequenas. Então seria bom falar como se mede isso, o que é uma amostra pequena (como se faz uma amostra estatisticamente relevante) etc. Enfim, a conclusão de López é que é possível confirmar a utilidade de amostragem aleatória para estudar as elites do país (Thomé, López & Silva, 2025, p. 47).

O capítulo 3, *O método experimental no estudo de elites políticas* de Marcela Machado e Eduardo Barbabela, aborda como é possível fazer certos experimentos para medir comportamentos de elites políticas. Admitimos que no começo do texto ficamos um pouco confusos com o que estava sendo chamado de método experimental, mas depois se mostra uma ideia interessante. Exemplo de experimentos que podem ser mensurados, como apontado pelos autores: políticos vão responder mais financiadores eleitorais do que pessoas “comuns”, em seus canais oficiais de comunicação? Políticos possuem um nível maior de diálogo com a população em período de eleições?

O capítulo 4, *Entrevistando elites – sobre a cozinha do trabalho de campo* de Débora Thomé e Livio Silva-Muller, fala um pouco dos bastidores de uma pesquisa quantitativa, e como algumas coisas podem ser mais difíceis do que parecem. A própria pesquisa que é mais central neste livro, *How elites shape unequal democracies*, sofreu um forte revês com a questão da pandemia de Covid-19 e mesmo com o cenário turbulento do governo Bolsonaro; que, como é falado pelos autores, fortaleceu a direita radical no Brasil. Aqui há questões bem contundentes, envolvendo treinamento e seleção de equipe, busca por homogeneidade na aplicação dos questionários, membros da equipe que saem no meio da pesquisa, certos grupos de pesquisados que são de mais fácil ou difícil acesso etc.

O capítulo 5, *Relações de gênero entre pesquisadoras(es) e intermediárias(os) das elites* de Mariane Reghim e Gabriela Caruso, aborda como os pesquisadores, de alguma forma, devem tentar conquistar a confiança dos *gatekeepers* para conseguirem marcar entrevistas etc., também abordam como muitas vezes mesmo a elite sendo uma posição predominantemente masculina, os *gatekeepers*, geralmente, são mulheres. O texto aponta como o trabalho no Brasil é marcado por uma segregação ocupacional de gênero e raça, mesmo que o capítulo tenha se focado mais na questão do gênero (Thomé, López & Silva, 2025, p. 102).

Como é apontado com certos dados, quanto à porcentagem de mulheres em posição de elite podemos notar que parece existir uma leve tendência de aumento,

mas, sejamos redundantes, não é nada profundamente expressivo, pois, no melhor dos cenários, da amostra pesquisada, a proporção estimada de mulheres na elite chega aos 30% em altos cargos do governo e 18% na Câmara Federal (Thomé, López & Silva, 2025, p. 92).

No recorte de elites da pesquisa em questão, homens representam 84% das elites, enquanto as pessoas intermediárias em sua maioria são mulheres, 58% (Thomé, López & Silva, 2025, p. 104). Há aqui também uma questão de escolaridade (Thomé, López & Silva, 2025, p. 107), porque, por exemplo, profissionais de *marketing*, geralmente, possuem diplomas de ensino superior e podem assim ser vistos como profissionais especializados.

Há aqui igualmente uma discussão com o conceito de *trabalho emocional* e a invisibilidade de certos trabalhos atribuídos, geralmente, às mulheres. Outros dados apontam como *gatekeepers* mulheres recusam mais quando o pesquisador é homem, em que a interação mulher-mulher aumenta a probabilidade de êxito (Thomé, López & Silva, 2025, p. 110).

O capítulo 6, “*Quem está embaixo considera elite, mas quem está acima, não*”: reflexões de campo a partir de um estudo com elites da burocracia no Brasil de Caroline Caldas, Thais Rodrigues e Maíne Souza, aborda, como o nome do capítulo já aponta, elites da burocracia no Brasil. Ao seu modo, esse capítulo discute bem, e é um complemento, para a pesquisa *Técnicos, intelectuais e políticos na Nova República*, organizado por Maria Celina D’Araújo (2018).

O trabalho aqui contou com uma amostra aleatória simples, que selecionou 120 pessoas ocupando cargos em comissão DAS 5 e DAS 6. Como é apontado, se mostrou relativamente fácil o contato com os burocratas do Estado e eles pareciam ter uma familiaridade maior com o que é uma pesquisa acadêmica, mesmo que alguns entrevistados tenham confundido tal pesquisa com uma entrevista jornalística ou tenham ficado desanimados diante do questionário fechado; como vai aparecer novamente no livro, os entrevistados, em certos momentos, querem falar sobre suas vidas, ou mesmo justificar, de forma mais clara, suas respostas.

Uma hipótese levantada foi que certos membros da elite burocrática seriam mais difíceis de se alcançar pela conjuntura em que foi feita a pesquisa, como o governo Bolsonaro, aumento dos índices de elementos autocráticos (com perseguições aos servidores) etc., porém isso não parece ter se confirmado. Outro ponto bem frisado nesse capítulo, e que D’Araújo (2018) também discute, é a questão da importância da escolaridade entre elites da burocracia; em sua totalidade tinham

Ensino Superior, e 32% com pós-graduação *lato-sensu*, em comparação com a população brasileira. No geral, isso é bem alto (Thomé, López & Silva, 2025, p. 132).

Ao seu modo, o livro em certas partes está discutindo como os pesquisadores também fazem parte de uma elite, uma elite intelectual em um país ainda com níveis escolares consideravelmente baixos, e eles usam isso como um instrumento para alcançar os políticos e mesmo a elite economia. Se o presidente de uma empresa estudou na FGV e vê que o pesquisador(a) também estudou na FGV, por exemplo, isso não deixa de ser uma “ponte” entre eles; do mesmo modo, há um capital simbólico quando uma pesquisa de uma universidade estrangeira pede a opinião de uma pessoa sobre um tema. Outro ponto de destaque do capítulo, e curioso, é como os burocratas se definiram predominantemente de centro, mesmo que fique mais claro que haja uma preponderância dos que se denominam centro-direita; como isto era o governo Bolsonaro, e assim vários nomes foram escolhidos por tal governo, é coerente (Thomé, López & Silva, 2025, p. 135).

O capítulo 7, *Elites políticas de esquerda: abordando dirigentes do Partido dos Trabalhadores* de Talita Tanscheit, é um texto interessante, pois aborda, grosso modo, o PT, a história do PT, como o PT é um partido que possui uma base intelectual, com revistas, “intelectuais orgânicos” etc. Também discute, como em outros momentos do presente livro, técnicas para tentar marcar entrevistas com elites etc. De um modo geral, para se conseguir entrevistas com certos entes é importante ter insistência, buscar diferentes formas de se alcançar a pessoa (em certos momentos, as redes sociais ajudam), mesmo a escolha das perguntas certas pode auxiliar aqui (para a pessoa ter boa vontade em responder) e por aí vai.

O livro fecha com o capítulo 8, *Entrevistando CEOs: estratégias para furar a bolha da elite econômica* de Graziella Silva e Débora Thomé, e que aborda como os CEOs atualmente são os entrevistados mais difíceis de se alcançar, por mais que isso não seja necessariamente verdade em todos os países, havendo uma discussão sobre o que é uma elite econômica. Afinal, qualquer super-rico poderia ser considerado parte da elite econômica?

Esse capítulo possui certas questões levantadas bem relevantes, como a questão de financiamentos de campanhas políticas (havendo formas de influência política que são ilegais); se fala como a pesquisa tentou recrutar pesquisadores de direita dentro das Ciências Sociais (já que, estes estariam ideologicamente mais alinhados com os entrevistados em questão), mas falhou nisso; há uma discussão sobre o nível de

adesão dessa elite econômica ao modelo democrático. Aqui há também o caso do CEO que se mostrou reticente em responder uma pergunta sobre racismo e cotas no Brasil, pois racismo não existiria aqui. Enfim, uma gostosa gargalhada para fechar bem o livro. Respostas fechadas nesse caso, acreditam as escritoras desse capítulo, são úteis para os entrevistados serem obrigados a darem respostas diretas, “sem enrolar”, por exemplo.

Fechamos essa resenha como começamos ela, elogiando o livro e louvando seu esforço de pesquisar elites (algo que não é nada fácil), mesmo que enquanto uma resenha (ou seja, um trabalho de finalidade crítica) também tenhamos que apontar como ele não é perfeito. Algumas discussões poderiam ser mais exploradas e alguns autores teriam dado mais “caldo” para certos pontos, vide as pesquisas de Maria Celina D’Araújo (2018), Eduardo Raposo (2020), Vanusa Maria Queiroz da Silva (2019), Marcelo Medeiros (2023) etc.

Referências:

D’ARAÚJO, Maria Celina. (org). **Técnicos, intelectuais e políticos na Nova República**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2018.

MEDEIROS, Marcelo. **Os ricos e os pobres: o Brasil e a desigualdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

PAIVA, Mário Jorge de. **Não estude sociologia!:** um (inusitado) convite ao mundo das ciências sociais. Curitiba: Appris, no prelo.

RAPOSO, Eduardo de Vasconcelos. (org). Dossiê: elites políticas. **Perspectivas, Revista de Ciências Sociais**. n.1, v. 53, 2020.

SILVA, Vanusa Maria Queiroz da. **Militares e Sociedade:** um estudo sobre a formação dos oficiais do Exército Brasileiro. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

THOMÉ, Débora; LÓPEZ, Matias; SILVA, Graziella. (orgs). **Como pesquisar elites no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2025.

* Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-Rio). E-mail: mariojpaiva91@gmail.com

**Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-Rio). E-mail: gustavo_cravo@hotmail.com

*** Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-Rio). E-mail: vanuqueiroz@gmail.com

Normas para submissão de artigos

01- Os originais do artigo devem estar em um arquivo em formato Word ou LibreOffice (doc, docx ou odt) e devem ser submetidos na página do Orbis no Portal de Periódicos da UFF: <https://periodicos.uff.br/orbis>

02- Em um arquivo separado, deverá ser enviado um resumo em português de, no máximo, 150 palavras, com a indicação de 04 palavras-chave;

03- O artigo deverá ter, no mínimo, três e, no máximo, cinco laudas e deve ser escrito em fonte Arial 12, com espaçamento 1,5 e a seguinte padronização de margens: esquerda e superior de 3 cm; direita e inferior de 2,0 cm;

04- O texto, com exceção do título alinhado à esquerda, deverá ser todo justificado.

05- As citações de até 3 linhas deverão vir entre aspas no corpo do texto. As citações longas, com mais de 3 linhas, devem ser escritas em tamanho 11, sem aspas, com recuo à esquerda de 4 cm, espaçamento entre linhas simples. As citações devem seguir o modelo AUTOR-DATA-PÁGINA: (LACERDA, 2019, p. 127). Pelas características do boletim, recomenda-se evitar um número excessivo de citações.

06- Não são permitidas notas de rodapé ou de fim. As referências bibliográficas deverão constar ao final do texto e seguir o seguinte padrão:

Livros:

DÁVILA, Jerry. **Hotel Trópico**: o Brasil e o desafio da descolonização africana, 1950-1980. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

Capítulos de Livro:

MESSEMBERG, Débora. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. In: SOLANO, E.; ROCHA, C. (Org.). **As direitas nas redes e nas ruas**: a crise política no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2019. p. 175-213.

Artigos em Periódicos:

LOPES, Dawisson Belém. A política externa brasileira e a “circunstância democrática”: do silêncio respeitoso à politização ruidosa. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 54, n.1, p. 67-86, 2011.

Artigos na imprensa (Jornais e Revistas)

O ESPORTE e o exército. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 5, 11 jan. 1945.

PINHEIRO, Daniela. A Xangrilá dos descontentes. **Piauí**, Rio de Janeiro/São Paulo, n. 104, p. 16-24, mai. 2015.